



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRA DE BENS**

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
08/05/2026	POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS	1251855

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	UNIDADE ADMINISTRATIVA
Warley Santos Silva, Maj PM	P4/EM6RPM

**SUMÁRIO**

- 1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
- 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
- 3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
- 4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
- 5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
- 6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
- 7 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
- 8 - HABILITAÇÃO
- 9 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
- 10 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- 11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto aquisição de materiais elétricos e insumos para manutenção do Palanque da 6ª RPM, sob a forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

ITEM	CÓDIGO ITEM SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	UNIDADE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	------------------	--------------------------	------------------------	-------------------	------------	----------------	-------------

01	62596	<p>INTERRUPTOR - IDENTIFICAÇÃO:          EMBUTIR; FORMATO: PERFIL;          SEÇÃO: 3 SEÇÕES;          CORRENTE/TENSÃO: 250V/15A;          DETALHES: COM ESPELHO</p>	<p>Conjunto (interruptor de três teclas) composto pelo suporte (chassi), o módulo de interrupção e a placa de acabamento (espelho). O modelo não pode ter parafusos aparentes na placa (espelho). Todo o conjunto deve ser na cor branca.</p> <p><b>Descrição Técnica:</b>          Conjunto de interruptor de embutir, composto por 03 (três) teclas simples de acionamento individual, sistema basculante, com placa de acabamento (espelho).</p> <p><b>Composição e Material:</b> Fabricado em material termoplástico de alta resistência (ABS ou Policarbonato) com aditivo anti-UV, para evitar o amarelamento precoce.</p> <p>Componentes condutores em liga de cobre e contatos em prata ou liga metálica de alta condutividade para evitar aquecimento.</p> <p><b>Capacidade Elétrica:</b> Corrente nominal de 10A (mínimo) e tensão de até 250V.</p> <p><b>Normatização:</b> Deve atender obrigatoriamente às normas NBR NM 60669-1 e possuir certificação compulsória do INMETRO.</p>	UNIDADE	01	R\$ 11,85	R\$ 11,85
----	-------	---	---	---------	----	-----------	-----------

02	1029991	<p>TOMADA PARA REDE ELÉTRICA -  FORMATO: RETANGULAR; TIPO: DE  EMBUTIR; COM PLACA;  PINOS/POLOS: 2P + T UNIVERSAL;  MATÉRIA PRIMA: TERMOPLÁSTICO;  TENSÃO: 250 VOLTS; CORRENTE: 10  AMPERES; COR: BRANCA;</p>	<p>Modelo padrão para uso  geral (aparelhos  eletrônicos,  carregadores,  luminárias).  <b>Descrição Técnica:</b>  Conjunto de tomada  composta por suporte,  módulo e placa de  acabamento (espelho),  configuração 2P+T  (fase, neutro e terra),  corrente nominal de  10A e tensão de até  250V~. O modelo não  pode ter parafusos  aparentes na placa  (espelho). O encaixe  deve ser hexagonal, em  baixo relevo, projetado  para evitar o contato  acidental com os pinos  energizados.  <b>Padrão Brasileiro:</b>  Orifícios de entrada de  Ø 4,0mm, em  conformidade com a  norma NBR 14136.  <b>Composição:</b> Módulos  em termoplástico  isolante (policarbonato  ou ABS) de alto  impacto, com aditivo  anti-UV. Contatos  internos em liga de  cobre de alta  elasticidade e  condutividade.  <b>Segurança</b>  (Antichama): O  material deve ser  autoextinguível (não  propaga chama),  testado conforme  ensaio de fio  incandescente.  <b>Certificação:</b>  Apresentação  obrigatória de  certificado do  INMETRO e  conformidade com a  NBR NM 60884-1.  <b>Acabamento:</b> Placas  com sistema de fixação  por encaixe (sem  parafusos aparentes)  para facilitar a limpeza  e garantir melhor  estética.  <b>Bornes:</b> Conexão dos  fios através de bornes  com parafusos  imperdíveis, garantindo  o aperto seguro dos  condutores.</p>	UNIDADE	11	R\$ 15,20	R\$ 167,20
----	---------	---	---	---------	----	-----------	---------------

03	1594109	<p>LUMINÁRIA - TIPO: PAINEL LED DE SOBREPOR; ESTRUTURA: ALUMÍNIO; ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA COR PRETA; MEDIDAS: 300MMX300MMX40MM; VIDRO: JATEADO; TIPO LÂMPADA: LED MÍNIMO 24W A 32W, TEMPERATURA COR 6500K; TENSÃO:</p>	<p><b>Formato:</b> Quadrado.  <b>Dimensões aproximadas:</b> 30 x 30 cm (podendo variar levemente conforme o fabricante, ex: 28x28 cm a 32x32 cm).  <b>Tipo de instalação:</b> Sobrepor (para fixação direta em teto de alvenaria ou laje).  <b>Cor do acabamento:</b> Preto (pintura eletrostática a pó).  <b>Material do corpo:</b> Alumínio ou aço com difusor em policarbonato ou acrílico translúcido (anti-ofuscamento).  <b>Potência:</b> Mínima de 24W a 32W  <b>Temperatura de Cor:</b> 6500K (Branco Frio).  <b>Fluxo luminoso mínimo:</b> Acima de 1.800 lúmens (lm).  <b>Eficiência luminosa:</b> Mínima de 70 lm/W.  <b>Tensão de operação:</b> Bivolt automático (110V/220V).  <b>Índice de Reprodução de Cor (IRC):</b> Mínimo de 80 (garante a fidelidade das cores no ambiente).  <b>Vida útil nominal:</b> Mínima de 25.000 horas.  <b>Grau de proteção:</b> Mínimo IP20 (uso interno).  <b>Nota técnica:</b> O produto deve acompanhar o driver (reator) compatível para instalação imediata e o kit de fixação (suporte e parafusos).  <b>Garantia:</b> Mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação.  <b>Certificações:</b> Indicar conformidade com as normas técnicas vigentes e, preferencialmente, portaria do INMETRO (se aplicável ao modelo).</p>	UNIDADE	06	R\$ 35,00	R\$ 210,00
----	---------	--	--	---------	----	-----------	------------

04	2027933	<p>FIO ELÉTRICO - FLEXIBILIDADE: FLEXÍVEL; CONDUTOR: COBRE; TEMPERA: MOLE; ENCORDOAMENTO: CLASSE 4 OU 5; ISOLAMENTO: PVC 0,6/1,0KV; SEÇÃO: <b>1,5MM²</b>; COR: CONFORME SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO.</p>	<p><b>Condutor:</b> Fio de cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 4 ou 5 de encordoamento (flexível).  <b>Isolamento:</b> Composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF (Resistente à propagação de chamas).  <b>Tensão nominal:</b> 450/750V.  <b>Norma técnica:</b> Rigorosa observância à NBR NM 247-3 (Cabos isolados com policloreto de vinila para tensões nominais até 450/750V).  <b>Cores e metragem:</b>  - 50 metros na cor vermelha (deve ser entregue os 50 metros sem corte);  - 50 metros na cor amarela (deve ser entregue os 50 metros sem corte);  - 50 metros na cor branca (deve ser entregue os 50 metros sem corte);  - 50 metros na cor marrom (deve ser entregue os 50 metros sem corte);  - 20 metros na cor preta (deve ser entregue os 20 metros sem corte).</p>	METRO	220	R\$ 1,38	R\$ 303,60
05	2027950	<p>FIO ELÉTRICO - FLEXIBILIDADE: FLEXÍVEL; CONDUTOR: COBRE; TEMPERA: MOLE; ENCORDOAMENTO: CLASSE 4 OU 5; ISOLAMENTO: PVC 0,6/1,0KV; SEÇÃO: <b>2,5MM²</b>; COR: CONFORME SOLICITAÇÃO DO ÓRGÃO;</p>	<p><b>Condutor:</b> Fio de cobre eletrolítico, têmpera mole, classe 4 ou 5 de encordoamento (flexível).  <b>Isolamento:</b> Composto termoplástico polivinílico (PVC) tipo BWF (Resistente à propagação de chamas).  <b>Tensão nominal:</b> 450/750V.  <b>Norma técnica:</b> Rigorosa observância à NBR NM 247-3 (Cabos isolados com policloreto de vinila para tensões nominais até 450/750V).  <b>Cores e metragem:</b>  - 50 metros na cor preta (deve ser entregue os 50 metros sem corte);  - 50 metros na cor azul (deve ser entregue os 50 metros sem corte);  - 50 metros na cor verde (deve ser entregue os 50 metros sem corte);</p>	METRO	150	R\$ 2,21	R\$ 331,50

06	471674	<p>TRILHO ELETRIFICADO - CIRCUITO: 03 CIRCUITOS; MATÉRIA-PRIMA: CORPO EM ALUMÍNIO EXTRUDADO; DIMENSÕES: 35MM ALTURA X 30MM LARGURA X 2000MM COMPRIMENTO; COR: PRETA;</p>	<p>Trilhos eletrificados para iluminação – sistema de 03 circuitos independentes. <b>Sistema de circuitos:</b> Trifásico (03 circuitos). Deve permitir a conexão e o acionamento independente de até três grupos de luminárias no mesmo barramento, mediante seleção no adaptador do spot. <b>Material do corpo:</b> Alumínio extrudado com pintura eletrostática a pó (alta resistência a riscos e corrosão). <b>Dimensões:</b> 35mm (altura) X 30 mm (largura) X 2000mm (comprimento). <b>Cor de acabamento:</b> Preto fosco. <b>Barramento interno:</b> Condutores em cobre de alta condutividade, isolados por perfil termoplástico. <b>Tensão:</b> Bivolt (suportando 127V ou 220V conforme a rede). <b>Capacidade de corrente:</b> Mínima de 15A por circuito. <b>O item deve acompanhar obrigatoriamente:</b> Cabeçote de alimentação (Power Feed) e terminal de fechamento (End Cap) para acabamento e segurança galvânica. <b>Compatibilidade:</b> Deve ser compatível com adaptadores padrão para trilhos trifásicos (04 vias de contato). <b>Garantia:</b> Mínima de 12 meses.</p>	UNIDADE	04	R\$ 47,49	R\$ 189,96
----	--------	--	---	---------	----	-----------	------------

07	1916505	<p>SPOT LIGHT - TIPO: TRILHO ELETRIFICADO; MATÉRIA PRIMA: ALUMÍNIO; LÂMPADA: LED 7 W BRANCO FRIO (6.000 A 6.500 K); TENSÃO: BIVOLT;</p>	<p>Luminárias tipo spot para trilho eletrificado.  <b>Compatibilidade de instalação:</b> Projetado especificamente para Trilho Eletrificado de 03 Circuitos (Trifásico). O adaptador de base deve possuir seletor de circuito (chave rotativa ou similar) para permitir a escolha independente entre as fases 1, 2 ou 3 do trilho. <b>O spot deve ser compatível com o trilho (item 471674).</b>  <b>Matéria prima:</b> Corpo e dissipador em Alumínio com acabamento em pintura eletrostática na cor Preta (para uniformidade com o trilho).  <b>Fonte de luz:</b> LED integrado de alta eficiência.  <b>Potência:</b> mínima de 7 W.  <b>Temperatura de cor:</b> Branco Frio (6000K a 6500K).  <b>Tensão de operação:</b> Bivolt automático (110V/220V).  <b>Ajuste e foco:</b> O spot deve permitir rotação horizontal de 360° e inclinação vertical de, no mínimo, 90°, permitindo o direcionamento preciso do feixe de luz.  <b>Ângulo de abertura:</b> Sugerido entre 24° a 36° (feixe fechado para destaque ou médio para iluminação geral).  <b>Índice de Reprodução de Cor (IRC):</b> Mínimo de 80.  <b>Fluxo luminoso:</b> Mínimo de 560 lúmens (mantendo a eficiência de cerca de 80 lm/W).  <b>Vida útil:</b> Mínima de 25.000 horas.  <b>Acabamento:</b> Preto fosco, seguindo o mesmo padrão do trilho para garantir a estética do conjunto.  <b>Garantia:</b> Mínima de 12 meses.</p>	UNIDADE	16	R\$ 25,85	R\$ 413,60
08	1876430	<p>PARAFUSO COM FENDA - MATÉRIA-PRIMA: AÇO; CABEÇA: CHATA, FENDA PHILLIPS, PONTA AGULHA, P/ BUCHA S/8; ROSCA: AUTO ATARRAXANTE/INTEIRA; MEDIDAS: 4,8 x 38MM;</p>	<p><b>Parafuso com bucha nº 8 para alvenaria .</b>   O parafuso deve ser de cabeça chata, de rosca inteira com cabeça de aperto Phillips.   A bucha deve ser própria para alvenaria. Conjunto de fixação</p>	UNIDADE	20	R\$ 0,42	R\$ 8,40

09	228850	BUCHA PARA FIXAÇÃO - TIPO: S; MATÉRIA-PRIMA: NYLON; MEDIDAS: NUMERO 08;	<p>composto por parafuso metálico e bucha plástica compatível.</p> <p><b>Especificações do Parafuso:</b> Tipo: Cabeça chata (permite acabamento rente à superfície). Fenda: Phillips (formato em cruz). Rosca: Inteira (proporciona maior torque de fixação). Material: Aço carbono com acabamento zincado ou bicromatizado (proteção contra corrosão).</p> <p><b>Especificações da Bucha:</b> Tamanho: Nº 8 (8 mm). Aplicação: Própria para alvenaria (tijolo maciço, concreto ou bloco).</p> <p>Material: Fabricada em polietileno ou nylon de alta densidade, com aletas que evitam o giro da bucha dentro do furo. Finalidade: Fixação de suportes, canaletas, quadros e acessórios diversos em paredes de alvenaria.</p>	UNIDADE	20	R\$ 0,20	R\$ 4,00
10	1875523	PARAFUSO COM FENDA - MATÉRIA-PRIMA: AÇO; CABEÇA: FLANGEADO PHILLIPS; ROSCA: AUTO BROCANTE; MEDIDAS: 4,2 X 13MM;	<p>Parafuso metálico, matéria-prima em aço carbono, com acabamento zincado/galvanizado para resistência à oxidação.</p> <p><b>Geometria da cabeça:</b> Tipo flangeada (com arruela integrada), proporcionando maior área de contato e distribuição de carga sobre a superfície fixada.</p> <p><b>Fenda:</b> Sistema de aberto Phillips (cruzeta).</p> <p><b>Tipo de rosca:</b> Rosca auto brocante, padrão inteira, com ponta agulha para perfuração e fixação direta em chapas metálicas finas ou perfis de alumínio/aço.</p> <p><b>Dimensões nominais:</b> Diâmetro de 4,2 mm e comprimento de 13 mm.</p> <p><b>Aplicação:</b> Fixação de elementos metálicos leves.</p>	UNIDADE	50	R\$ 0,30	R\$ 15,00

11	988898	<p>RUFO - MATÉRIA PRIMA: AÇO GALVANIZADO, CHAPA 20; MEDIDAS: MEDINDO 0,25M X 2,00M; TIPO: EXTERNO</p>	<p>Rufo metálico externo tipo "encosto", para acabamento e proteção de telhados e muros.</p> <p><b>Matéria prima:</b> Fabricado em aço carbono galvanizado (revestido com zinco), com alta resistência à corrosão. A peça deve possuir dobra superior em ângulo (aba de fixação) projetada especificamente para fixação mecânica na parede e aplicação de selante para vedação.</p> <p><b>Comprimento das peças:</b> As peças devem ter comprimento de 2,00 metros lineares (não sendo aceitas peças inferiores a 1,5m), totalizando 10 metros lineares.</p> <p><b>Espessura da chapa:</b> Chapa 20 (espessura nominal de aproximadamente 0,90 mm a 0,95 mm), garantindo rigidez estrutural e resistência a deformações.</p> <p><b>Dimensões nominais (Corte):</b> Largura total de 25cm (desenvolvimento), sendo distribuídos em aba de fixação na parede, corpo inclinado e pingadeira para desvio de águas pluviais.</p> <p><b>Acabamento:</b> Corte preciso, sem rebarbas, com dobras padronizadas e alinhadas para permitir a sobreposição entre as peças.</p>	METRO	10	R\$ 49,25	R\$ 492,50
----	--------	---	---	-------	----	-----------	------------

12	830070	SELADOR/SELANTE - APLICAÇÃO: PAREDES, PARA RECOMPOSIÇÃO DE TRINCAS; COR: BRANCO OU CINZA; ACABAMENTO: FOSCO (PAREDE); COMPOSIÇÃO: POLIURETANO DISPERSO EM SOLVENTE; UTILIZAÇÃO: USO INTERNO/EXTERNO;	<p><b>Descrição detalhada:</b> Selante monocomponente à base de poliuretano (PU), com dureza Shore A 40 - "PU40". Aspecto de pasta tixotrópica (não escorre), fornecido em <b>refil</b> para aplicação com aplicador manual ou pneumático.</p> <p><b>Finalidade:</b> Vedação, selagem e colagem elástica de diversos materiais, como concreto, alvenaria, metais, madeiras e vidros. Indicado para juntas de dilatação, calhas, rufos e acabamentos que exijam alta resistência mecânica e às intempéries.</p> <p><b>Propriedades físicas:</b> Alta elasticidade, excelente adesão em superfícies úmidas (dependendo do fabricante) e resistência aos raios UV.</p> <p><b>Diferencial técnico:</b> Deve permitir pintura posterior após a cura total, sem perda de propriedades.</p> <p><b>Volume nominal:</b> embalagem de <b>350g a 400g</b> (conforme padrão de mercado).</p> <p><b>Cor:</b> Branco ou Cinza</p>	UNIDADE	02	R\$ 34,32	R\$ 68,64
13	362565	PLACA CEGA - UTILIZAÇÃO: TOMADA; TAMANHO: 4X4 POLEGADAS; COR: BRANCA	<p>Placa de acabamento do tipo cega (sem furos), fabricada em material termoplástico de alta resistência (ABS ou policarbonato). Deve possuir aditivo anti-UV, que evita o amarelamento precoce com a exposição à luz. O modelo não pode ter parafusos aparentes na placa (espelho).</p> <p><b>Dimensões:</b> Padrão 4x4 polegadas (aproximadamente 120mm x 120mm), compatível com caixas de embutir quadradas.</p> <p><b>Acabamento:</b> Superfície lisa, de fácil limpeza, com sistema de fixação que oculte os parafusos (suporte interno incluso). O modelo não deve aparecer os furos na placa (espelho).</p> <p><b>Cor:</b> Branca.</p>	UNIDADE	01	R\$ 5,60	R\$ 5,60

14	1295993	TOMADA PARA REDE ELÉTRICA - FORMATO: RETANGULAR; TIPO: FÊMEA; PINOS/POLOS: 2P+T - PADRÃO BRASILEIRO; MATÉRIA PRIMA: TERMOPLÁSTICO; TENSÃO: 125/250V; CORRENTE: 20A;	<p><b>Descrição detalhada:</b> Conjunto completo de tomada de embutir, sistema monobloco ou modular, composto por suporte, placa de acabamento e módulo de tomada.</p> <p><b>Padrão de conexão:</b> Tipo fêmea, configuração 2P+T (dois polos e terra), em conformidade com o Padrão Brasileiro (NBR 14136).</p> <p><b>Capacidade elétrica:</b> Tensão nominal de 125/250V e corrente de <u>20A</u> (com orifícios de 4,8 mm), apta a receber pinos de aparelhos de alta potência.</p> <p><b>Material:</b> Fabricado em material termoplástico de alto impacto, com componentes condutores em liga de cobre.</p> <p><b>Cor:</b> Placa e suporte na cor branca, formato retangular (4x2); módulo de tomada (interior): cor vermelha (visando a identificação visual imediata de circuitos de 220V ou circuitos estabilizados/especiais).</p>	UNIDADE	01	R\$ 6,71	R\$ 6,71
15	498220	TELHA - MATÉRIA PRIMA: FIBROCIMENTO; TIPO: ONDULADA; DIMENSÃO: 110CM LARGURA X 244CM COMPRIMENTO X 8MM ESPESSURA; COR: NATURAL;	<p><b>Descrição detalhada:</b> Telha estrutural ondulada, fabricada em fibrocimento com tecnologia de reforço sintético (sem amianto/CRFS). O material deve ser resistente a intempéries, com baixa condutividade térmica e isolamento acústico superior às telhas metálicas.</p> <p><b>Dimensões nominais:</b> 1,10m (largura) X 2,44m (comprimento) x 8mm (espessura)</p> <p><b>Tipo/perfil:</b> Ondulado padrão, compatível com acessórios de fixação e acabamento (cumeeiras, espigões) de mesma tecnologia.</p> <p><b>Cor:</b> Natural (cinza).</p> <p><b>Normatização:</b> Deve atender rigorosamente aos requisitos da norma NBR 15210 (Telhas de fibrocimento sem amianto e seus acessórios).</p> <p><b>Não serão aceitas telhas com trincas.</b></p>	UNIDADE	03	R\$ 54,32	R\$ 162,96

16	1097040	LUMINÁRIA PARA SINALIZAÇÃO - FINALIDADE: CONTROLADOR DE TRAFEGO DE PEDESTRES	<p>Luminária/aranhela tipo balizador de embutir, projetada especificamente para instalação em caixa de passagem 4x2 posicionada verticalmente ou horizontalmente. Corpo em ABS ou alumínio com tampa frontal (espelho) em policarbonato de alta resistência. O modelo não pode possuir parafusos aparentes.</p> <p><b>Tecnologia de iluminação:</b> LED integrado de baixo consumo (potência entre 2W e 5W). Deve possuir difusor interno fosco ou leitoso para proporcionar luz indireta e suave.</p> <p><b>Grau de proteção:</b> IP65 (obrigatório para áreas externas ou laváveis).</p> <p><b>Compatibilidade:</b> Encaixe perfeito em caixas de embutir padrão 4x2, com sistema de fixação por parafusos que ficam ocultos após a instalação do espelho/acabamento.</p> <p><b>Tensão de operação:</b> Bivolt automático (110V/220V).</p> <p><b>Finalidade:</b> Balizamento de degraus, escadarias e corredores, proporcionando segurança na circulação noturna com design discreto e funcional.</p> <p><b>Cor:</b> Branca</p>	UNIDADE	06	R\$ 46,15	R\$ 276,90
17	411825	ABRACADEIRA METÁLICA - MATÉRIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO; FORMATO: TIPO ÔMEGA; MEDIDA NOMINAL: 100MM; PARAFUSO/PORCA: COM PARAFUSO; CUNHA: COM CUNHA; SEM CUNHA.	<p>Abracadeira metálica de alta resistência, formato tipo Ômega (perfil em "U" com abas laterais para fixação).</p> <p><b>Matéria prima:</b> Fabricada em ferro galvanizado por imersão a quente ou eletrolítica, garantindo proteção contra corrosão e oxidação.</p> <p><b>Dimensões:</b> Diâmetro nominal de 100 mm (aproximadamente 4 polegadas), adequada para fixação de eletrodutos, tubulações de água ou esgoto de grande porte.</p> <p><b>Finalidade:</b> Fixação de tubulações aparentes em instalações hidráulicas, proporcionando estabilidade e alinhamento.</p>	UNIDADE	05	R\$ 2,30	R\$ 11,50

1.1.1. **Em caso de divergência entre o código SIAD e as especificações deste Termo de Referência, prevalece as descrições deste termo para a caracterização do objeto a ser entregue pela empresa.**

1.2. **Caracterização do Objeto:**

1.2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 17 de março de 2023.

1.3. **Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**

1.3.3. Compra com lote(s) exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

1.4. **Da Contratação:**

1.4.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por nota de empenho de despesa e autorização de compra.

1.4.2. O contrato (ou outro instrumento que o substitua) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. **Descrição da Solução:**

1.5.1. A solução a ser contratada consiste na aquisição e entrega, em lote único, dos materiais diversos para a manutenção do Palanque da 6ª RPM. A aquisição se faz necessária uma vez que o palanque é o local de autoridade em eventos oficiais da Unidade, e a falta de manutenção compromete a imagem institucional e, principalmente, a segurança física de autoridades, militares e civis durante o uso.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente justificativa visa formalizar e demonstrar a necessidade de aquisição de materiais elétricos e insumos para a manutenção e revitalização do **Palanque de Desfiles da 6ª Região da Polícia Militar (6ª RPM)**, fundamental para garantir a conservação do patrimônio público, manter uma boa imagem institucional e adequar o espaço para as atividades institucionais da Unidade.

2.2. O processo de aquisição dos materiais descritos neste Termo de Referência é de relevante interesse público, uma vez que o Palanque de Desfiles é o palco principal de solenidades militares, treinamentos de ordem unida, formaturas e eventos que integram a PMMG à comunidade local.

2.3. A demanda surge da necessidade premente de preservação do patrimônio público, de manutenção da identidade e imagem institucional e de aumento da segurança e sinalização.

## 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. **Da Participação de Consórcio:**

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

3.2. **Da Participação de Cooperativa:**

3.2.1. Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

3.3. **Da Subcontratação:**

3.3.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

3.4. **Da Sustentabilidade:**

3.4.1. Devem ser observados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

3.4.1.1. Os materiais fornecidos deverão ter alta resistência à exposição ao sol e à chuva, de modo a aumentar o intervalo entre as manutenções e reduzir o descarte de materiais;

3.4.1.2. As embalagens deverão ser reduzidas ao mínimo necessário, compostas por material reciclado ou reciclável e, preferencialmente, biodegradável;

3.4.1.3. Priorizar materiais com pintura eletrostática de alta resistência, em busca de evitar a oxidação precoce;

3.4.1.4. Os produtos deverão apresentar elevada qualidade e durabilidade, características essenciais para a racionalização do consumo e a redução da necessidade de novas aquisições, minimizando a geração de resíduos.

3.5. **Da Indicação de Marcas ou Modelos:**

3.5.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.6. **Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:**

3.6.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.7. **Da Exigência de Carta de Solidariedade:**

3.7.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.8. **Da Garantia da Contratação:**

3.8.1. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

3.9. **Da Garantia do Produto, da Manutenção e da Assistência Técnica:**

3.9.1. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.10. **Da Vistoria**

3.10.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de entrega do objeto.

## 4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. **Do Prazo de Entrega:**

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de 10 (dez) dias úteis contados do dia útil seguinte ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, sob pena de Cancelamento do Empenho e sanções previstas em lei.

4.1.1.1. O objeto será entregue em remessa única, respeitando o prazo máximo de entrega previsto no subitem anterior.

4.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação do prazo para entrega, ficando a cargo da área demandante, motivadamente, acolher ou rejeitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### 4.2. **Do Local e Horário de Entrega:**

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Comandante Nélio, nº 111, bairro Santa Efigênia, Lavras, de segundas a sextas feiras, de 08h às 17h, com exceção das quartas-feiras em que o horário é de 08h30 às 13h.

4.2.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

## 5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 5.1. **Do Recebimento:**

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta.

5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

5.1.2. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento às exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

### 5.2. **Da Liquidação:**

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.2.1. O vencimento;

5.2.2.2. A data da emissão;

5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.2.4. O período respectivo de execução do objeto;

5.2.2.5. O valor a pagar; e

5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### 5.3. **Do Pagamento:**

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.4. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.3.4.1. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,

por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **6.1. Regras Gerais:**

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto nº 48.587, de 17 de março de 2023.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

### **6.2. Da Fiscalização do Contrato:**

6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

### **6.3. Da Gestão do Contrato:**

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação por valor, com fundamento na hipótese do

art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO por lote.

7.1.1. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

7.1.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,1% (zero vírgula um por cento).

**7.2. Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:**

7.2.1. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de sua apresentação.

**7.3. Da Amostra:**

7.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nesta contratação.

**7.4. Da Prova de Conceito (PoC):**

7.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

## **8. HABILITAÇÃO**

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**8.1.1. Habilitação Jurídica:**

8.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar - PRONAF – DAP, nos termos do art. 16 do Decreto nº 46.712, de 29 de janeiro de 2015.

8.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

8.1.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.1.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

I - A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

II - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

8.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.1.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

**8.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

8.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

**8.1.4. Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:**

8.1.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

**8.1.5. Declaração:**

8.1.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021.

8.1.5.2. Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

## **9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

### **9.1. Do Contratante:**

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.
- 9.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- 9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.
- 9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.
- 9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.
- 9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- ### **9.2. Do Contratado:**
- 9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 9.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990.
- 9.2.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 9.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- 9.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.
- 9.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.2.7. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.
- 9.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 9.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.
- 9.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 9.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.
- 9.2.13. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de

2021.

9.2.16.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea “d”, art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.2.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.2.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.

9.2.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

9.2.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

## 10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado ou fornecedor que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento e execução do contrato;

10.1.9. Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa:**

10.2.4.1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.2.4.2. Compensatória, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação, pela não entrega do material.

10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no § 9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Em observância ao disposto no § 1º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

- 10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.
- 10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## 11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.680,72 (dois mil seiscientos e oitenta reais e setenta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº 25.124, de 30 de dezembro de 2024.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: 1251.06.181.137.4365.0001.3.3.90.30.19.0.60.2 e 1251.06.181.137.4365.0001.3.3.90.30.20.0.60.2.

Lavras, \_\_\_ de maio de 2026.

**STHEFANIE OHANA FERREIRA SOARES, 2º SGT PM**  
**Auxiliar da Seção de Compras do EM6RPM**  
**Responsável pela Elaboração**

**GLENDIA PESSOA MARQUES ADELL, 1º TEN PM**  
**Chefe da Seção de Compras do EM6RPM**  
**Responsável pela Aprovação**



Documento assinado eletronicamente por **Sthefanie Ohana Ferreira Soares, 2º Sargento**, em 14/05/2026, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glenda Pessoa Marques Adell, 1º Tenente**, em 14/05/2026, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **139350718** e o código CRC **F6872C07**.